



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: AURÉLIO NOMURA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 28/06/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Bom dia a todos. Aurélio Nomura na presidência e, na qualidade de membro da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 12ª audiência pública, do ano de 2021.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do endereço: www.saopaulo.sp.leg.br, no *link* Auditórios On-Line/Auditório Virtual. Esta audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial de São Paulo* diariamente, desde o dia 15/06/2021. As inscrições para o pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo.

Foram convidados para esta audiência – e acho que presentes estão – os Srs.: Roberto Serroni Perosa, da Amlurb; Monty Dahan, Diretor de Planejamento e Desenvolvimento da Amlurb; Rubens Reis, Diretor de Gestão e Serviços da Amlurb; Cíntia Fabiano da Silva Cavalieri, Assessora Jurídica. Estão presentes também os Srs.: Aruntho Savastano Neto, representando a Sra. Patrícia Lemos; Fernando Morini, Presidente da Associação dos Auditores do Tribunal de Contas; Gerson Gomez, Vice-Diretor Superintendente Distrital da Associação Comercial de São Paulo; Giacinto Cosimo Cataldo, Vice-Presidente da Associação Comercial de São Paulo; Maria de Fátima Baptista da Fonseca, Diretora da Escola Estadual Coronel Raul Humaitá Villa Nova, ao lado do Terminal Transbordo.

Dando início aos trabalhos, lembro que esta audiência pública tem como objetivo tratar da Estação de Transbordo Vergueiro, conforme o requerimento, URB 23/2021, de minha autoria, aprovado na reunião ordinária de 09/06/2021, pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Declaro aberta a audiência pública.

Gostaria agora, preliminarmente, de passar um vídeo que foi fornecido pelo Tribunal de Contas em relação ao assunto. Por gentileza, peço à assessoria.

A SRA. ELY TERUEL – Pela ordem, Sr. Presidente, só gostaria de registrar a presença da Vereadora Ely Teruel.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Olha, que ótimo. Registro a presença da Vereadora Ely Teruel, que não constava aqui, mas agora se faz presente. Por gentileza peço para que passe agora o vídeo pertinente ao Tribunal de Contas.

- Apresentação de audiovisual.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Após esses vídeos, acho que dá para ter uma ideia do problema que há. É um problema extremamente sério. Nós estamos desde 1968 com esse problema, e parece que não tem solução. Existe até um movimento dos moradores de irem ao Ministério Público pedir a tomada de medidas urgentes porque vem comprometendo, e muito, a saúde dos moradores da região.

Eu gostaria de passar então a palavra ao Dr. Roberto Perosa, que é quem representa a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana – Amlurb. Eu gostaria de ouvir o senhor sobre o problema.

O SR. ROBERTO SERRONI PEROSA – Em primeiro lugar, bom dia a todos, é um prazer estar aqui. Sou Roberto Perosa, estou como Presidente da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana – Amlurb. Acho um tema importantíssimo esse que está sendo discutido hoje. Agradeço ao Vereador Aurélio Nomura pela propositura e pela oportunidade desta audiência pública. Agradeço também a presença da Vereadora Ely Teruel, do Dr. Aruntho, que conheço da Cetesb. Vejo também presente o Sr. Nelson, Presidente da Ecourbis, na nossa reunião. Agradeço a toda a nossa equipe da Amlurb e a todos os demais presentes.

A Municipalidade, através do atual Prefeito, Ricardo Nunes, tem uma preocupação enorme com a questão da Estação de Transbordo Vergueiro, o que me faz obrigatório retomar o histórico disso. O vídeo feito pelo Tribunal de Contas é muito explicativo. Nós também temos um vídeo realizado pela concessionária Ecourbis, em que vamos poder demonstrar um pouco mais para vocês qual é a ideia de transformação do Transbordo Vergueiro. Também quero dar a vocês alguns dados técnicos, para que todos fiquemos na mesma página.

Esse local existe, como bem dito no vídeo, desde 1968, e foi passando por transformações ao longo desse período todo. Já na época da concessão da limpeza urbana em São Paulo, em 2004, havia uma preocupação com esse local e, portanto, havia uma previsão contratual – um marco do contrato de concessão – de que fosse feita uma reforma no Transbordo Vergueiro; reforma e adequação, assim como feito na Ponte do Piqueri.

Vale dizer que foram feitas diversas tratativas entre o Governo Municipal, até mesmo antes da atual gestão e antes da gestão anterior, com as empresas concessionárias, e se iniciou um trâmite burocrático, um trâmite de autorização legal, para que fosse feita a reforma.

Então, primeiro houve dois aditivos, os TCAs de 2007 e 2021, que postergaram muito, por iniciativa do Executivo, a execução dessa obra. E não obstante isso, a concessionária iniciou um processo de licenciamento, e para o município de São Paulo autorizar qualquer tipo de obra, com essa magnitude de intervenção, ele exige que haja uma autorização ambiental. Essa autorização ambiental é fornecida pela Cetesb, órgão estadual de controle do meio ambiente.

Obtida essa autorização da Cetesb, a concessionária iniciou - sob a nossa fiscalização, vigilância e cobrança da Amlurb - o processo de licenciamento municipal. Também não concordo; e acho que demorou muito tempo, mas infelizmente foram os trâmites municipais que nos levaram a isso.

Tendo em vista que obtiveram o alvará para execução da obra em 2020, no meio da pandemia, em agosto de 2020, aliás, no início da pandemia, havia uma série de questionamentos e dúvidas sobre como seriam os serviços, durante a pandemia, inclusive com momentos em que houve a paralisação dos serviços de obras civis, determinado pelo Governo do Estado e pela própria Prefeitura. Ainda era um momento novo, que precisava ser analisado por todos: Pelo Governo, pelas autoridades e pela iniciativa privada. Demorou-se esse prazo, para que, de fato, se efetivasse a obra. Foram feitos vários orçamentos. Nós acompanhamos e fiscalizamos essas propostas e esses orçamentos levantados pela Ecourbis, e nós aprovamos que ela desse início à obra, com o menor orçamento.

Esse orçamento, na origem do contrato, em 2004, era de cerca de 34 milhões de reais, e hoje, salvo engano, é em torno de 68 milhões de reais, que será aplicado nessa obra, do transbordo da Vergueiro, valor esse que não será motivação de aumento de tarifa, e valor esse que é considerado um marco contratual. Isso significa que é uma obrigação de a empresa

concessionária realizar.

E também agora falando um pouco do contrato, queria dizer a V.Exas. que o contrato da concessão da Ecurbis e da Loga tem um prazo de vencimento, em 2024, tendo em vista que foi instalado em 2004, com prazo de vinte anos; e vence em 2024.

Estou vendo aqui o Sr. Lívio, do Tribunal de Contas. Queria agradecê-lo pela presença. Nós já estamos na Amlurb e na Prefeitura dialogando com todos os agentes participativos desse processo: o TCM, o Ministério Público, a própria Cetesb e as diversas secretarias do município, sobre quais são as opções e as possibilidades que o município terá para fazer com a limpeza urbana a partir de 2024. Algumas estão colocadas: a possível prorrogação do contrato, uma nova concessão, uma nova licitação, enfim, uma nova modelagem de sistema de limpeza urbana do município.

Sr. Presidente, nobre Vereador Aurélio Nomura, é um motivo de muita alegria e satisfação para nós da Amlurb, sabendo dos problemas hoje existentes, no transbordo Vergueiro, muito embora a concessionária tente minimizá-los ao máximo. É um motivo de muita alegria que as obras tenham sido iniciadas.

Quero pedir licença ao Sr. Presidente, Vereador Aurélio Nomura e à Vereadora Ely Teruel, para que eu possa primeiro passar um vídeo, de como ficará o transbordo da Vergueiro, com todas as características técnicas que aqui já foram ditas: a cobertura, a redução da pressão atmosférica e uma nova logística de caminhões, para diminuir o trânsito de caminhões.

Então, peço licença para passar esse vídeo. Na sequência também, peço autorização para mostrar o cronograma de obras que já está em andamento, para que todos possam ter ciência do prazo dela e de qual momento estamos vivendo na obra agora.

- Apresentação de vídeo.

O SR. ROBERTO SERRONI PEROSA – Passado esse vídeo, vou mostrar, agora, o cronograma de obras que será realizado pela empresa concessionária e só ratificando – e vocês viram aí, eu vi também pelo primeiro vídeo dos moradores – haverá, então, um

tratamento de efluentes nessa planta, bem como energia fotovoltaica para toda a operação dessa planta.

Vamos, então, ao cronograma. (Pausa)

- Apresentação de audiovisual.

O SR. ROBERTO SERRONI PEROSA – A imagem ficou pequena, vou tentar aumentar A parte do lado direito é só o andamento, ou seja, como está. Mas, o mais importante é vocês verem aqui: a Estação de Transbordo Vergueiro. Ela já tem obra prevista para 264 dias; teve início na sexta-feira, dia 7 de maio deste ano, com previsão para término em 19/05/2022, então, pouco mais de um ano de obra.

Já tivemos algumas etapas dessa obra, como a questão de projeto etc., já tudo feito. Já tivemos até uma fiscalização lá por conta de iniciarmos as demolições das áreas; também o início das obras civis já foi computado, no que tange da parte de readequação do espaço; e tem ainda uma sequência de ações que devem ser feitas, todas elas com prazos de dias, data de início e data de término.

É claro que em se tratando de obras, sabemos que, muitas vezes, há uma variação desse prazo aqui e ali, e nós estamos cuidando dessa fiscalização, temos servidores cuidando dessa fiscalização da obra, numa parceria com a própria Ecourbis, e até para que possamos ter acesso e fazer essa fiscalização, mas existe a previsão de um muro na divisa com a GCM, pois tem uma área utilizada pela GCM; esse muro também vai ladrar a avenida Ricardo Jafet. Vocês podem ver, aqui, que a previsão dessa obra é até setembro, outubro, e no caso da Ricardo Jafet, novembro.

E tem também uma série de questões de engenharia expostas aqui, tais como a colocação das estacas; escavação; nivelamento de base; a própria estrutura do concreto que vai ser colocado; o piso que vai ser um piso diferenciado; a estrutura metálica que começa a cobertura do próprio transbordo vai ter início já em setembro, com as ações próprias, isso, aliás, está muito próximo de acontecer; enfim, e tem uma série de outras ações com relação a piso de concreto etc.

Isso aqui, Vereador, estamos totalmente abertos a disponibilizar esse cronograma para toda a Comissão, para que esta acompanhe e fiscalize, bem como para o Tribunal de Contas e eu acho que faz todo o sentido que possamos ter isso, pari e passo para acompanhar essa obra tão esperada e tão necessária para a população paulistana.

Eu vou até o final da apresentação, para que podemos analisar como está o final e dar continuidade. Chego, então, na pintura, que é a fase final, prevista para maio de 2022.

Após feita essa apresentação, Vereador, quero me colocar à disposição para qualquer tipo de pergunta. Claro que temos algum conhecimento do tema e para outros tantos detalhes temos nossos técnicos da Amlurb, igualmente disponíveis. Já elaboramos uma Mesa Técnica com a presença de três membros do Conselho do Tribunal de Contas do Município, na verdade, três Conselheiros do Tribunal de Contas do Município, inclusive com a participação da Procuradoria, o Dr. Lívio também participante, e também contamos com a presença do Vereador que pode participar e para quem esclarecemos algumas dúvidas.

Portanto, estamos abertas às perguntas de todos aqueles que assim o desejar. Muito obrigado, Vereador Aurélio Nomura, pela oportunidade. Agradeço também a presença da Vereadora Ely Teruel.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Eu que agradeço. Nós fazemos as perguntas, no final, e eu gostaria de ouvir agora o representante da Cetesb, o Sr. Aruntho Savastano Neto, para falar a respeito da licença de instalação. Por gentileza, tenha a palavra.

O SR. ARUNTHO SAVASTANO NETO – Bom dia, Vereador Aurélio Nomura, Vereadora Ely Teruel, Dr. Lívio, do Tribunal de Contas, Dr. Roberto Perosa e equipe da Amlurb. Bom dia aos demais participantes desta reunião.

O que eu tenho a dizer, por parte da Cetesb, é que esse empreendimento, essa planta, foi licenciada regularmente, observando todos os requisitos da legislação estadual. A licença foi emitida em janeiro de 2019, e o rito atrelado a esse licenciamento é que, a partir da licença e da autorização de início das obras pela Prefeitura, serão desenvolvidas todas as obras, como bem mostrou o Dr. Roberto Perosa e, após a instalação de todas esses

equipamentos e a verificação de todos os quesitos, atendimento a todos os quesitos técnicos enumerados na licença de instalação, o empreendedor, a Ecourbis deverá ingressar na Cetesb com o pedido de licença de operação, ocasião em que os nossos técnicos farão uma inspeção do local para verificar se todos os equipamentos, todas as exigências técnicas foram observadas e estão de acordo com o especificado na licença de instalação. Confirmado esse atendimento, é emitida a licença de operação, documento que autoriza o empreendedor a operar, a funcionar a planta do transbordo. Esses são, do ponto de vista formal, todo o andamento do processo e as etapas que cabem à Cetesb.

Do ponto de vista da Cetesb, um órgão ambiental do Estado de São Paulo, eu quero reiterar as palavras do Dr. Perosa no sentido de que a gente observa que haverá certamente um grande ganho com a instalação dessa planta, e esperamos que essa planta seja instalada em tempo recorde para minimizar os problemas de incômodo que existem lá na região. Certamente isso será alcançado, e a gente consegue vislumbrar essa evolução, consegue prever essa evolução tomando, por exemplo, as outras plantas de transbordo existentes no Município de São Paulo, uma na Ponte Pequena e outra em Santo Amaro, operada pela mesma concessionária responsável por essa planta do Vergueiro, porque a gente percebe, constata uma grande evolução no sentido da redução de emissões de poluentes na atmosfera, redução de ruídos e incômodos ao entorno, como os vetores, que são os ratos e outros vetores, como bem apontado pelo depoimento inicial dos moradores, os pombos, esse tipo de coisa. Isso tudo proporcionado pelo encapsulamento, enclausuramento das atividades e os cuidados com o tratamento do ar interno, um trabalho sempre com pressão negativa que não permite que haja a fuga do ar interno da planta para o exterior, provocando esses incômodos de mau cheiro e, além disso, a questão da construção sustentável, como vejo aqui na planta, com a questão do aproveitamento de água e de energia.

Quero, para finalizar, declarar que a Cetesb, dentro das suas atribuições, desenvolve um trabalho de aferição de todos os locais de destinação final e tratamento de resíduos, que são os aterros sanitários e as demais plantas de tratamento, e efetua esse

trabalho de aferição e pontuação das plantas de transbordo no Estado de São Paulo. Todos os locais de transbordo de resíduos no Estado de São Paulo são periodicamente vistoriados pela Cetesb, submetidos a uma avaliação de um sem-número de itens que visam a indicar a observância de cuidados com o meio ambiente e a observância dos quesitos legais que regem essa atividade e atribui uma nota que avalia num intervalo de zero a dez; de 0,1 até 7, que empreendimento é considerado como inadequado e, a partir de 7,1 até 10, que ele é considerado adequado.

Eu tenho aqui comigo o resultado da última avaliação feita nessa planta do Transbordo da Vergueiro, com vistoria realizada pelos nossos técnicos no dia 9 de junho passado, que permitiu a atribuição da nota 8,8 às instalações de Transbordo da Vergueiro. Então, a gente verifica que já são tomados cuidados e atenções por parte da operação da planta, que permitem afirmar, de acordo com os nossos critérios de avaliação, que ela se encontra uma situação adequada de operação. Evidentemente, com as melhorias previstas nessa reforma licenciada, essa nota será aumentada por conta de todos os cuidados e todas as instalações de equipamentos para o controle da poluição.

De forma geral, era isso que me cabia apresentar com relação à atuação da Cetesb, e eu fico à disposição dos senhores para qualquer esclarecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – O.k. Muito obrigado. Só pedindo que, depois, se for possível, nos passar esse estudo com relação a essa nota, porque eu passei ontem lá e ninguém aguenta o cheiro, é um negócio insuportável que nós temos no entorno do terminal de transbordo.

O SR. ARUNTHO SAVASTANO NETO – Perfeitamente. Providenciaremos para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Então, eu peço ao Sr. Aruntho para a gente fazer uma análise, porque eu acho que alguma coisa está errada em relação a isso.

Menciono a presença do Vereador Goulart, que é membro também desta

Comissão, e a do Vereador Delegado Palumbo, que, apesar de não ser membro da Comissão, participa desta audiência pública.

Gostaria de convidar agora o Dr. Lívio Mário Fornazieri, Auditor Chefe e Subsecretário de Fiscalização e Controle do TCM. Está presente?

O SR. LÍVIO MÁRIO FORNAZIERI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Por favor.

O SR. LÍVIO MÁRIO FORNAZIERI – Bom dia, nobre Vereador Aurélio Nomura, em nome de quem eu cumprimento os demais participantes desta reunião. Gostaria de enfatizar que esse contrato de concessão é de acompanhamento obrigatório pelo Tribunal de Contas, não só pelos valores envolvidos, mas por todos os impactos sociais e ambientais que ele traz em seu bojo. Isso acontece com os principais contratos da Prefeitura na área de transportes, na área de lixo e varrição, na área de saúde e educação. O Tribunal de Contas sempre age concomitantemente. Nesse caso específico, começamos a agir já desde a licitação em 2003, fazendo o acompanhamento do edital, depois a análise do próprio contrato e o acompanhamento de diversos períodos da execução desse contrato.

O Transbordo Vergueiro, é importante enfatizar, como o próprio Presidente da Amlurb, o Perosa, falou, ele é um marco contratual do contrato de concessão celebrado entre a Prefeitura e a concessionária EcoUrbis. Essa reforma, previsto inicialmente no contrato, deveria ter sido executada nos primeiros 24 meses do contrato, ou seja, até dezembro de 2006. Houve diversas prorrogações, como o próprio Presidente da Amlurb citou, e só agora realmente essa reforma está sendo realizada. Isso é importante enfatizar, Vereador: era prevista inicialmente essa reforma e depois a construção de um novo transbordo na região Sudeste ainda, onde a concessionária opera, mas isso acabou não acontecendo em função de um estudo, como citado pelo Presidente, na Mesa Técnica realizada na semana passada, de que não haveria espaço - esse estudo foi feito pela Unicamp - na região Sudeste para a construção de novo transbordo. Então, começou-se o processo de licenciamento ambiental para reforma do Transbordo Vergueiro.

Semana passada, apenas para registrar para os demais presentes, nobre Vereador, houve, então, uma Mesa Técnica no Tribunal de Contas. O que é a Mesa Técnica? A Mesa Técnica serve justamente para dar celeridade no andamento dos processos do próprio Tribunal e visa também fazer tudo isso com o debate público, com transparência. Participaram 41 pessoas dessa Mesa Técnica. Participaram diversas pessoas de diversas áreas do próprio PCN porque isso ajuda a instruir o processo. Participaram: a Secretaria de Fiscalização e Controle, participantes da Secretaria-geral, da assessoria jurídica, dos gabinetes, enfatizo a presença de três Conselheiros: do Presidente João Antonio, que é o relator desse contrato; do Conselheiro Roberto Braguim, que é o relatório atual da Amlurb; e também do Conselheiro Domingos Dissei com a sua assessoria também que foi quem produziu o vídeo que foi apresentado por V.Exa. no começo desta reunião.

O Dr. João Antonio apresentou algumas informações iniciais sobre o contrato de concessão e depois disse justamente que o Tribunal de Contas tem vários processos de fiscalização sobre esse contrato e mostrou uma preocupação bastante grande com o encerramento do contrato prevista para 2024 e a preocupação do Tribunal de Contas que, além dos aspectos ambientais, temos a preocupação natural de fiscalizar o contrato sobre os aspectos legais também e de economicidade.

Então, o Conselheiro João Antonio fez as seguintes perguntas para a Amlurb durante a realização da Mesa Técnica: Por que fazer a modernização do Transbordo Vergueiro e não fazer outro transbordo em outro local, como originalmente previsto? Essa foi a primeira pergunta. A segunda: Qual é o projeto de modernização? Terceira pergunta: Qual é o cronograma de conclusão da obra?

O Sr. Roberto Perosa, como fez hoje também, apresentou informações durante a reunião de Mesa Técnica, houve um debate - gostaria de enfatizar que o nobre Vereador Aurélio Nomura também pode participar da Mesa Técnica conosco – e que o valor previsto seria de 68 milhões de reais.

O Sr. Perosa afirmou que as obras iniciaram em 7 de Maio de 2021 e que o término

previsto é 19 de maio de 2022.

No final da reunião, o relator Presidente Conselheiro João Antonio apresentou as seguintes conclusões na Mesa Técnica: A Amlurb se comprometeu a encaminhar ao Tribunal de Contas do Município o projeto arquitetônico da obra de reforma do Transbordo Vergueiro; o valor da obra; a composição pela opção de modernizar a Estação de Transbordo Vergueiro ao invés de se construir uma nova, ou seja, toda documentação que embasa isso, inclusive as aprovações; o cronograma da obra, como foi já apresentado aqui também; o detalhamento dos custos e o projeto executivo dessa obra de modernização da Estação de Transbordo Vergueiro; e o link para o vídeo que foi apresentado na Mesa Técnica e que foi reapresentado hoje também.

O Conselheiro João Antonio se comprometeu a elaborar um relatório sucinto da reunião que vai encaminhar à Amlurb e à Comissão de Política Urbana, da Câmara Municipal.

Isso também é bastante comum. Essas reuniões já fazíamos antes e hoje elas são disciplinadas por uma resolução do Tribunal de Contas. Então, elas têm alguns requisitos para acontecer até para dar transparência e publicidade às suas decisões.

É importante enfatizar que essas matérias são discutidas em vários processos de auditoria do próprio Tribunal de Contas onde são analisados além dos aspectos ambientais, também os aspectos de legalidade, bem como do próprio reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Enfatizo, apenas, que são inúmeros eventos que podem ensejar reequilíbrio econômico-financeiro a favor da concessionária e também a favor da própria Prefeitura e tem processo específico do Tribunal de Contas onde analisamos esses inúmeros eventos e isso vai ser julgado em breve.

Era isso o que gostaria de contribuir, nobre Vereador. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Muito obrigado, Dr. Lívio. Até você me fez lembrar da semana passada, realmente, queria agradecer ao Presidente João Antonio, do TCM, por nos possibilitar acompanhar e participar dessa Mesa Técnica que realmente

preencheu e respondeu todas as indicações que tínhamos.

Quero agradecer também ao Conselheiro Braguim e ao Conselheiro Dissei.

Tem a palavra o Sr. Fernando Morini, Presidente da Associação dos Auditores do Tribunal de Contas.

O SR. FERNANDO MORINI – Bom dia a todos.

Queria agradecer ao Vereador Nomura pelo convite, cumprimentar os Vereadores presentes nesta audiência pública – Vereadora Ely Teruel, Vereador Goulart, Vereador Delegado Palumbo - e gostaria também de cumprimentar os demais colegas que estão aqui com a gente neste momento.

Muita coisa já foi falada pelo colega Lívio, meu colega no TCM, pelo Presidente Perosa e pelo representante da CETESB, mas é muito importante ver a realização desse marco contratual porque, como já foi enfatizado, os auditores do Tribunal de Contas já fizeram muitos trabalhos dentro desse contrato. É um contrato de 20 anos e é óbvio que tem uma sequência enorme de trabalhos que são públicos e podem ser acessados ou então requisitados ao Tribunal de Contas se não tiver nenhum problema de sigilo, que não tem nesses processos. Todos podem ter acesso e ver o andamento dos trabalhos e isso é muito importante neste momento em que está se dando início ao cumprimento desse marco contratual, pois estamos falando de um contrato que está para se encerrar e ele além de ser realizado, precisa ser feito todo o trâmite de encerramento do contrato.

Pelo exíguo tempo que você tem de finalização do contrato, você precisa fazer um acompanhamento especial em cima da realização dessa obra exatamente porque ele vai refletir no reequilíbrio econômico do final em que você vai ter o balanço final do que estava previsto nesse contrato e do que foi realizado. Isso, como já enfatizado principalmente pelo Lívio, vai ensejar um reequilíbrio e isso deve ser feito de uma forma bem tecnicamente apurada para que você tenha o interesse público preservado nessa situação.

Então, como mostrei no vídeo, é muito importante a realização de mais esse marco contratual pela concessionária exatamente para minimizar o que estava previsto no contrato do

que não foi realizado, enfatizado aqui nesta audiência pública a importância para a região. Fiscalizamos isso durante anos e anos e sabemos que teria de melhorar operacionalmente muito e é isso que esperamos em cima desse cronograma apresentado. Esperamos que isso realmente seja cumprido exatamente para poder ter esse tempo de finalização do contrato. Não pode atrasar essa obra porque senão depois você vai ter muita dificuldade na hora que você for depreciar.

Tem de se lembrar que um contrato de concessão no fim, no encerramento dele, independente do que vai acontecer, se ele vai ser prorrogado, se vai ter uma outra licitação, a nova modelagem, temos de lembrar duas situações extremamente importantes atinente também ao Transbordo Vergueiro: primeiro, os bens que são realizados, os investimentos que são realizados, se encerrada a contratação dessa empresa, eles são reversíveis ao Município.

Então, você tem de fazer essa conta de casamento, porque é feito investimento, como está previsto, um investimento de 68 milhões. Se esse investimento não foi amortizado, quando ele passa para a cidade de São Paulo, a concessionária deve ter o valor ressarcido do que não foi amortizado ainda. E segundo, nós estamos em uma situação agora de transição da regulamentação e da fiscalização desses contratos e de toda a limpeza pública da cidade de São Paulo, e que essa transição nós temos o fim da Amlurb e o início de uma outra entidade. Isso está claramente sendo tratado, inclusive em fiscalizações do Tribunal, mas toda vez em que se tem uma transição na regulação, há um *gap* de realização das situações, principalmente da fiscalização. Não tenho dúvida alguma de que está sendo fiscalizado pela Amlurb, pelo Tribunal de Contas e estamos, aqui, em uma audiência pública com os Vereadores. Não tenho dúvida. Mas existem esses ditames, que são complexos.

Eu queria falar também, como é bem sabido e foi até colocado pela mesa técnica, a cidade de São Paulo tem uma quantidade pequena de transbordos e os transbordos que nós temos têm de ter o tratamento deste projeto. Eles têm de ter essa qualidade. Demorou. Infelizmente, demorou muito. A ideia era nem continuar com ele, era ir para um outro lugar, mas eu gostaria de salientar que ele tem de ter essa qualidade, mesmo porque nós temos um

terreno na Vila Jaraguá, no começo da Anhanguera, comprado pela concessionária Loga, que não é o caso aqui, para se fazer um novo transbordo na cidade de São Paulo. Mas o que acontece? Você tem uma resistência muito grande dos moradores. É óbvio. Quem quer ter um dos problemas que tem na Vergueiro, do lado da sua casa? Ninguém quer ter. Agora, se você faz projetos desta qualidade, implementa projetos com esta qualidade, é óbvio que você, demonstrando isso, de que não vai haver impacto na vizinhança, é óbvio que a vizinhança não vai ter a resistência tão grande em cima, inclusive, da Casa dos Vereadores, que são os representantes do povo, para que implementar um novo transbordo. E acrescentaria mais uma situação: aqui, os paulistanos, que estão aqui, muitos deles com uma grande experiência, sabem que, por exemplo, nós tínhamos uma instalação ali perto de onde eu falei, que era uma instalação de compostagem, e que eu me lembro, - eu, como garotinho, me lembro – de que era inadmissível o cheiro que era soltado por aquela instalação. Nós aprendemos, tecnicamente, que quando você mistura resíduo orgânico com umidade, você vai ter uma composição química que vai exalar um cheiro fortíssimo, principalmente de metano, que é um gás de efeito estufa, inclusive. Com o aprimoramento da situação, você hoje tem condições de fazer do mesmo jeito que está fazendo transbordo na Vergueiro, você tem condições de fazer partes de compostagem sem exalar esse cheiro.

Então, para não sair muito do tema, do que nós temos aqui da audiência pública de transbordo, é que eu gostaria de contribuir, principalmente porque muitos dos aspectos mais importantes já foram falados pelos que me precederam. E eu gostaria de agradecer novamente o convite da Associação de Auditores. Os auditores têm todo o interesse em apresentar os seus trabalhos. Nós fazemos com a maior técnica, com procedimento, com qualificação, com acreditação. E nós temos todo esse afã de contribuir enormemente com a Cidade. É muito, muito, muito gratificante poder falar com quem tem uma interlocução importante como os nobres Vereadores. Muito obrigado por podermos dar um pequeno relato aqui, para não tomar conta da reunião. E estamos realmente à disposição dos senhores.

Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado, Fernando. Você tocou em um ponto muito importante. Quando você falou do novo transbordo do Jaraguá, eu fui um dos Vereadores que me opus a essa questão. Pelo que me pareça, constava no pedido de licenciamento para a Cetesb, até a manifestação da própria empresa, da empresa contratada pela concessionária, mencionando que aquela área no entorno seria uma área que se degradaria pelo mau cheiro e pelo barulho intenso de caminhões. Isso ajudaria muito a Prefeitura porque a Prefeitura estava com problemas, e até hoje, com relação à habitação, e poderia comprar aquelas casas barato e, aí, construir conjuntos habitacionais a um preço muito mais baixo do que teria de comprar aqueles imóveis que ali estavam antes da implantação do terminal de transbordo, que até hoje não vingou. E é bom que se diga que há reclamação também no transbordo da Ponte Pequena. Estive, recentemente, conversando com o Diretor Rubens Reis, até precisamos fazer a vistoria. A reclamação aumenta, apesar de que há toda uma condição, mas o cheiro ainda incomoda, e incomoda muito. Ali tem uma creche da igreja católica, e o pessoal não suporta mais o cheiro. Alguma coisa está errada com relação ao terminal de transbordo.

Eu tenho um projeto de lei que, infelizmente, foi vetado, mas reapresentei, criando um conselho gestor para acompanhar esses transbordos da nossa cidade. É importante que a população faça parte, porque a ponte, a situação do momento, o que está acontecendo. Então, isso é fundamental para o acompanhamento. Não pode só ficar na mão do Executivo, tanto esses órgãos reguladores, tanto do Estado como do Município, mas é importante a participação dos moradores do entorno dos transbordos.

Eu agradeço muito a manifestação.

Está presente também o Vereador Alessandro Guedes, que também participa desta audiência pública.

Eu gostaria de passar a palavra ao Sr. Gerson Gomez, Vice-Diretor Superintendente Distrital Ipiranga da Associação Comercial de São Paulo.

O SR. GERSON GOMEZ – Bom dia a todos.

Em nome do Vereador Aurélio Nomura, eu gostaria de saudar todos os Vereadores presentes, as autoridades, os Secretários, todos os convidados presentes.

Eu fiz uma observação aqui, no *chat*. São quatro observações básicas.

A primeira é o sentido de tentar entender, como munícipe... Eu sou Arquiteto e Urbanista por formação; Vice-Diretor da Distrital Ipiranga da Associação Comercial e Diretor da nossa sede central da Associação Comercial de São Paulo. Então, eu quero tentar entender, primeiro, por que a obra passou de 34 para 68 milhões. Ou seja, essa obra dobrou o custo dela. Segundo, normalmente obras de impacto na Cidade, o maior problema é a manutenção dessa obra após ela pronta. Será que existe alguma garantia de manutenção? Porque uma obra dessas sofre impactos nos materiais utilizados. Então, ela vai degradando. A vida útil dela tende, salvo melhor juízo, menor que uma edificação normal, qualquer prédio comercial. Então, eu acho que nesta concessão deveria prever, na minha modesta opinião, custo de manutenção da obra, até ser acompanhada pelo Tribunal de Contas.

Em terceiro lugar, toda obra pública, e não é privilégio desta, enfrenta uma série de óbices durante o seu processo de aprovação e deferimento, até pela própria responsabilidade que os órgãos envolvidos têm, sejam eles Cetesb, Secretaria do Verde, então entendo que uma obra dessa natureza é obra de Saúde Pública e deveria pelo menos ter o seu processo de aprovação, de licenciamento, muito mais rápido, mais ágil, deveria seguir por outros processos. Nós pobres mortais, arquitetos, engenheiros que atuam em aprovação sofrem grandemente para a aprovação de uma obra na Subprefeitura devido a toda a burocracia existente.

Entendemos, acho que estamos progredindo, mas uma obra desse nível, que é de Saúde Pública, está muito atrasada, deveria ocorrer em outro nível de licenciamento. Um exemplo disso é a obra do monotrilho, na Vila Prudente, uma vez questionei o Secretário e ouvi dele: é o licenciamento que demora. É sempre o licenciamento que cria problema. Licenciamento esse que até no Rodoanel enfrentamos até hoje, uma obra eterna que não há meio de finalizar.

Então gostaria de pedir aos nobres Vereadores que olhassem com carinho esse sistema de aprovação, até porque estamos passando por uma revisão do Plano Diretor, Lei de Zoneamento, para se fazer alguma coisa para que essas obras andem mais rápido.

Por fim, esses caminhões a partir do momento que deixam essa edificação – uma carreta onde cabem três caminhões de resíduos – por vezes circulam pelo bairro porque é caminho, passam até na frente do meu escritório, na Rua Silva Bueno, entrando na Brigadeiro Jordão sentido zona Leste. Deixam um rastro de odor horrível que vai pingando ao longo do caminho. Ou seja, saíram da Estação Vergueiro, Transbordo Vergueiro sentido zona Leste, um cheiro horrível. Será que não há jeito de resolver isso, evitar que esses caminhões impactem no espaço urbano de uma forma tão negativa.

Particularmente, melhor do que a apresentação feita do projeto é que se torne verdade. Torço por isso, até para os moradores em volta, temos amigos que residem lá e sabemos o que enfrentam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado, Dr. Gerson. Tem a palavra a Professora Maria de Fátima Baptista da Fonseca, Diretora da Escola Estadual Coronel Raul Humaitá Villa Nova.

A SRA. ROSANGELA AUGUSTO ROMUALDO – Bom dia a todos, sou a Vice-Diretora, Rosangela Augusto Romualdo. A Diretora Maria de Fátima teve de ir até o Cartório para resolver uma questão da APM da Escola e deixou que eu participasse. Posso participar ou não?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Claro, por gentileza, a senhora tem a palavra.

A SRA. ROSANGELA AUGUSTO ROMUALDO – Obrigada. O nosso problema maior realmente é o cheiro quando há a incineração do lixo, que prejudica os alunos, os professores e funcionários, muita dor de cabeça geralmente. As mães dos alunos que têm problemas respiratórios, como a nossa escola é tempo integral, das 7h às 16h, então pegam

todo esse período da manhã e da tarde e quando chegam em casa temos relatos das mães que as crianças chegam com a sinusite, a rinite mais atacada.

O barulho dos caminhões também prejudica bastante, temos salas bem de frente com o Transbordo, então a rotatividade de caminhões faz barulho, os professores às vezes não conseguem continuar a aula. Seria mais nesse sentido mesmo. O odor que acaba sendo inalado e o barulho que temos por conta da rotatividade dos caminhões.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado. Tem a palavra o Sr. Antônio João Santo, Superintendente da Associação Comercial de São Paulo, Distrital do Ipiranga.

O SR. ANTÔNIO JOÃO SANTO – Bom dia, Vereador, todos os presentes na reunião, posso falar porque moro há mais de 40 anos próximo ao incinerador de lixo e conheço bem a história...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – O senhor pode repetir, porque houve falha na transmissão.

O SR. ANTÔNIO JOÃO SANTO – ...Presenciei na época, havia realmente um incinerador ... (Falha na transmissão) ...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Sr. Antônio, não está dando para ouvir.

O SR. ANTÔNIO JOÃO SANTO – Vereador, dá para ouvir agora?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Dá para ouvir.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Está falhando novamente. Se o senhor desligar a câmera, acho que consegue falar melhor.

O SR. ANTÔNIO JOÃO SANTO – ...Era terrível e hoje tem o problema do cheiro do Transbordo na região. ... (Falha na transmissão) ... porque quem usa o Metrô, ou precisa usar o Metrô ... (Falha na transmissão) ... como é que vai andar por ali ... (Falha na transmissão) ...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Sr. Antônio Santo, peço para que fale no

final porque está falhando, não estamos tendo condições de ouvi-lo.

O SR. ANTÔNIO JOÃO SANTO – Tudo bem. Combinado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Até lá dá para resolver esse problema técnico. Acho que está mais relacionado com a internet da sua casa.

Vamos ouvir as respostas da Amlurb a respeito dessas questões e depois chamamos os inscritos. Quem pode responder pela Amlurb?

O SR. ROBERTO SERRONI PEROSA - Eu mesmo, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Por gentileza.

O SR. ROBERTO SERRONI PEROSA - Do apanhado de colocados, acho que a apresentação do Aruntho é autoexplicativa sobre as licenças emitidas e sobre a legalidade das licenças. O resumo da Mesa Técnica do Dr. Lívio, também acho que foi muito bem colocado e muito autoexplicativo também. E passo a responder aqui as perguntas do Gerson, que questionou inclusive, no *chat*, alguns pontos. Sr. Gerson, muito obrigado pela sua pergunta.

Com relação ao valor, era o valor previsto em 2004, na época da concessão. Então, imagine que de 2004 para 2021 houve muita correção de valores, principalmente nesse momento de pandemia, em relação ao material de obra, entre outros. Isso está sendo analisado muito de perto tanto por nós, quanto será alvo de reflexão do Tribunal de Contas.

Não dá para o Tribunal antecipar nenhum juízo, mas é uma coisa que vai ser enfrentada; se foi o menor orçamento apresentado pela empresa, dentro de uma avaliação de tudo o que será feito.

Com relação à manutenção da edificação, é muito importante a colocação do auditor Morini, porque esse ativo retornará à municipalidade ao final do contrato, então ele é reversível à municipalidade. Esse investimento será feito no transbordo Vergueiro, mas é um bem do Município; então é o Município que arcará com a manutenção desse bem pós o período final da concessão, e arcar de várias maneiras: pode ser concedendo a uma nova empresa, pode ser licitando uma nova empresa, pode ser dentro do âmbito de prorrogação de contrato, enfim. o

Não é um prédio que ficará inutilizado, ele continuará sendo utilizado pelos próximos anos, mesmo com o final da concessão. E isso será tratado no momento da decisão da municipalidade com relação ao que será feito, assim como o aterro, como as centrais de triagem, é uma série de ativos que serão reversíveis ao Município e isso será tratado nesse momento da renovação do sistema de limpeza urbana de São Paulo.

Com relação aos caminhões que às vezes vazam, e a gente tem muita reclamação disso, eu me coloco totalmente à disposição para que o senhor possa enviar a sua reclamação com o seu endereço no *chat*, o endereço da sua rua, do seu escritório, a gente vai pedir para intensificar a fiscalização sobre isso. Faz parte dos objetivos da Amlurb fiscalizar sobre isso.

Por último, eu também concordo com o senhor que nós precisamos ter uma legislação que melhore o licenciamento público. Isso aconteceu no Governo Federal algum tempo atrás, e nós precisamos que isso aconteça no Estadual e no Municipal, mas infelizmente não faz parte da nossa iniciativa esse tipo de situação. Eu acho que os Vereadores poderiam ajudar nisso.

Com relação à pergunta da Vice-Diretora da escola, apesar de todos os acautelamentos que são tomados pela empresa, ainda gera um ônus para o entorno; e, muito por conta desse ônus, que será feita essa obra, porque esse ônus já é sabido desde a concessão, tanto que foi prevista a reforma.

Então, esse ônus tende a diminuir, tende a resolver, com as obras que estão sendo iniciadas. Graças a Deus que, apesar do atraso, como foi dito aqui, as obras se iniciaram; portanto, não há hipótese de a obra não ser finalizada, porque a empresa também tem o interesse em ter isso valorizado, como dito aqui por alguém também, no eventual reequilíbrio que vai ter isso em relação aos marcos realizados e aos marcos não realizados. Por isso, com certeza a empresa vai terminar essa obra no prazo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Ok. Também está presente o Diretor Presidente da Ecourbis Ambiental, Sr. Nelson Domingues Pinto Júnior, a quem vou passar a palavra.

O SR. NELSON DOMINGUES PINTO JÚNIOR – Bom dia, nobre Vereador Aurélio Nomura, quem em nome do qual eu cumprimento os demais Vereadores presentes; Dr Lívio, do Tribunal; Dr. Aruntho e todos os demais.

Em complementação a tudo o que já foi dito, eu gostaria de enaltecer alguns aspectos. Primeiro, muito se fala do motivo de se ter o transbordo em um determinado lugar. Vejam bem, nós temos um centro de geração de resíduos e, no caso em questão, Vergueiro atende uma população da ordem de 1,3 milhão de habitantes; Vila Mariana, Jabaquara, Ipiranga e um pedaço da Vila Prudente.

O transbordo tem que estar em uma linha de conexão com o destino final. E qual é o destino final do agrupamento Sudeste, que responde por 55% da coleta de lixo domiciliar de São Paulo? É a CTL, que fica na extrema região Leste da cidade de São Paulo.

Se nós construíssemos um transbordo fora desse eixo, e eu não estou agregando valor nem tempo operacional a essa atividade, mas o transbordo tem que estar no meio do caminho para que diminua a quantidade de caminhões pequenos, que tanto incomodam o trânsito e emitem a descarga de CO2 na atmosfera.

Então, o transbordo é um equipamento que não trata lixo, ele apenas recebe e desloca o mais rápido possível, por isso que é uma estação de transbordo e transferência. Nesse sentido, foi pesquisado, em todas as direções possíveis, nesse caminho que seria viável; e realmente a própria Unicamp, que foi a entidade governamental contratada na época para exibir o relatório, constatou a não existência de algum terreno passível de ser licenciado para essa finalidade. Isso culminou, portanto, na modernização do Transbordo Vergueiro, que lá já existia desde 1978.

Isto posto, é obvio e sabemos que o transbordo por si só causa incômodos da maneira como está hoje. E o atual contrato prevê que a concessionária tem que fazer, no mínimo, um momento zero por semana. O que é isso? É o esvaziamento total de todos os fossos compreendendo a lavagem e a desinfecção dos fossos no sentido de propiciar a higiene.

Temos feito não um por semana, e sim da ordem de 15 a 18 por mês, porque o transbordo não é para ficar com lixo parado, o resíduo tem que chegar, ser acomodado e imediatamente transportado para o destino final.

Essa é uma explicação que eu gostaria de dar, até porque São Paulo conta com apenas três estações de transbordo. Rio de Janeiro, que é muito menor que São Paulo, opera com cinco e vai inaugurar mais dois.

Temos que ganhar tempo na coleta. Não é objetivo de uma operação racional de coleta de resíduos ficar com uma enormidade de caminhões circulando pela Cidade para, depois, todos eles se dirigirem ao destino final. No nosso caso, é o aterro sanitário leste, que é um equipamento da própria Prefeitura.

Dessa forma, entendo que ficou um pouco mais conceituado o porquê de ter uma estação de transbordo. E, dentro das condições existentes de uma estação de transbordo aberta, nós temos tomado as melhores medidas possíveis no sentido de aumento de momento zero, uma melhor higienização; temos um sistema que propaga uma espécie de desinfetante, um desodorizador, na parte traseira do transbordo, que é por onde entram os caminhões.

Como já foi visto no vídeo, no futuro haverá apenas uma entrada pela Ricardo Jafet, e a saída também. Isso já vai, de imediato, minimizar os impactos que, com muita certeza e muita justiça, os moradores reclamam. A volta que tem que fazer no entorno será então totalmente desnecessária.

O principal vetor que nós temos lá, todos sabemos disso, são os pombos domésticos, que é uma espécie protegida por lei federal. O que nós podemos fazer não é combater o pombo, é, sim, evitar que ele fique naquele lugar e que se procrie na própria instalação. Com o encapsulamento e o tratamento interno de acústica, vai se reduzir muito a questão de ruídos para fora da estação de transbordo. Com a pressão negativa, será feita a aspiração de todo o ar confinado dentro da estação, que será trocada na ordem de cinco a seis vezes por hora. Esse ar passa por um tratamento com hipoclorito e somente após ele é lançado na atmosfera. Todos esses procedimentos serão passíveis de fiscalização e auditoria

por todas as competências envolvidas. A Cetesb, que já realiza vistorias sistemáticas em todos os sites, a Amlurb, outras secretarias que têm referência a esse tipo de operação e a própria população. Dentro do transbordo haverá uma sala aberta, climatizada, para que as pessoas enxerguem e entendam um pouco o que que acontece com o resíduo, que cada um de nós geramos um quilo por dia. Essa é a média de geração de resíduo domiciliar que nós temos hoje na cidade.

Estamos trabalhando na redução disso através do aumento da reciclagem e da correta disposição por parte da população. Como já foi dito, eu considero a Central Mecanizada de Triagem Maria Carolina de Jesus como uma das melhores do mundo. Está lá aberta, disponível para visitas, bem como até os CTRs. É bom que se diga: todos os nossos sites estão abertos. E nós gostaríamos muito que as autoridades, a população, fossem conhecer. Pelo nosso aterro sanitário já passou um número incalculável de crianças. Nós temos um programa que se chama Programa Ver de Perto, em que a população, ao conhecer o empreendimento e ver como ele é feito, passa a ter uma percepção e uma compreensão do que é realmente o manuseio e o correto tratamento dos resíduos.

Dito isso, eu queria dizer que realmente a obra já está em andamento. Corroborando o que já foi dito, o custo da construção civil deu um disparo fantástico, todos nós sabemos disso. O preço do aço, o preço do cimento. Enfim, basta ver o índice Sinduscon, que reflete isso. Mais que dobrou no último ano o custo da construção civil. Mas isso tudo também não é motivo e não vai impactar em nada, porque a nossa obrigação é entregar a obra que foi apresentada e dentro do prazo. E assim o faremos, dentro desse cronograma que foi apresentado.

Nós nos colocamos, como sempre, à disposição para receber quem quer que seja, inclusive, no local das obras. Se alguém quiser, nós podemos fazer uma visita monitorada para dar uma real percepção do que está sendo feito naquele local.

Estou pronto a responder mais alguma pergunta que queira. Mas o que eu gostaria de ter acrescentado é o benefício que essa obra vai trazer para todo o entorno daquela região.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Ok. Muito obrigado.

A Vereadora Ely Teruel também está aqui presente. Eu não sei se ela gostaria de fazer pergunta.

Mas eu gostaria de deixar para as perguntas essa questão de por que onde tem a questão incinerador não está dentro do projeto – porque o grande problema também que existe é o abandono total do incinerador. Nós temos pedidos... Constantemente é invadido, gerando problemas extremamente sérios com relação a essa questão.

E também pedir para a Amlurb, se possível, criarmos uma comissão de moradores e de Vereadores para que possamos acompanhar e fiscalizar não somente o cronograma físico da obra, mas também fazer as vistorias dentro de alguns prazos que seriam discutidos.

Vamos passar a palavra ao Sr. Rui de Carvalho Benedito, participante de coletivo.

O Sr. Rui está presente, por favor?

O SR. RUI DE CARVALHO BENEDITO – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – O senhor tem três minutos.

O SR. RUI DE CARVALHO BENEDITO – Na verdade, a minha dúvida, a minha pergunta, era sobre o cronograma da obra, que já foi respondida.

Eu poderia fazer uma alteração na pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Pode, sim.

O SR. RUI DE CARVALHO BENEDITO – Com relação à despesa, que foi o aumento de custo da obra, já explicado também. Mas, na concessão, a concessionária vai deixar de comprar, de adquirir o terreno para onde seria o novo transbordo, que não mais será realizado. Existe a possibilidade dessa diferença gerar algum maior dispêndio ou maior prejuízo ao erário público, ao erário da Prefeitura?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Vamos, também, passar a palavra ao Sr. Dilian Guimarães. (Pausa) Não está presente. Vamos passar ao Sr. Auro Caliman.

O SR. AURO CALIMAN – Na pessoa do Vereador Aurélio Nomura, gostaria de cumprimentar todos. Parabéns pela iniciativa desta audiência pública.

A pergunta que eu faço está dentro de uma perspectiva do interesse de acompanhar e saber como é que a demora vai repercutir nas relações contratuais de direitos e deveres entre o contratante e o contratado, principalmente nessa questão do reequilíbrio financeiro e possível prorrogação do contrato. Isso porque de 2004 para 2024 são muitos anos, e o transbordo já deveria ter sido feito. Originariamente, seriam dois anos para cumprimento do marco. Enfim, essa é a questão: qual é a repercussão dessa demora nas relações contratuais em termos de direitos e deveres. Obrigado.

O SR. ROBERTO SERRONI PEROSA – Vereador Nomura, se o senhor me permitir, eu iria respondendo a cada duas perguntas, para não...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Está bom. Eu vou passar para mais uma pessoa, e então abrirei a palavra a vocês.

Quero convidar a Sra. Mônica Calvi, que também é moradora à Rua Coronel Deraldo Jordão.

A SRA. MÔNICA CALVI – Bom dia.

Eu sou moradora da Coronel Deraldo Jordão há dez anos, mais ou menos.

O problema que eu tenho é o problema da maioria dos moradores: o mau cheiro, principalmente no verão. Com o vento, o mau cheiro sobe para perto do sacolão, inclusive. E nós caminhamos muito na região, perto do metrô, com os cachorros. Então nós também sentimos o mau cheiro por causa dos caminhões. E até o pessoal fala que joga desinfetante, e a gente fala que aquilo até piora, que a emenda fica pior que o soneto. E tem todo aquele barulho dos caminhões na região.

E uma coisa que eu havia comentado é que do jeito como está esse lixão, essa região com o metrô, ela está muito perigosa, principalmente à noite. Parece totalmente abandonado. Se não fosse o trânsito dos caminhões, que é uma barulheira toda, ali está meio abandonado. A calçada suja, sempre tem um líquido estranho, viscoso. E o trânsito do metrô. Ali é bem sinistro. Fora todo aquele fedor que sentimos durante o dia.

Então da minha parte o que eu tenho a falar realmente é isso.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Está ok. Então, vamos passar a palavra à Amlurb para as respostas, por gentileza.

O SR. ROBERTO SERRONI PEROSA – Vereador, começando pelo último, acho que as questões da Sra. Monica foram amplamente debatidas aqui e são o cerne da questão da audiência pública, que é a questão dos problemas citados. A gente está prevendo essa modernização, essa melhoria do ambiente do transbordo da Vergueiro, justamente para tentar eliminar esses problemas e resolvê-los todos.

Com relação às perguntas do Sr. Rui e do Sr. Auro, existem diversos eventos, como bem dito pelos representantes do TCM, Dr. Lívio e Dr. Morini, existem diversos eventos que vão impactar na finalização do contrato de concessão.

Existem eventos que dão direito à Prefeitura a um ressarcimento, mas também existem eventos que dão direito às empresas a um ressarcimento. Então, posso exemplificar. Por exemplo, a população de São Paulo cresceu além do esperado. Precisou-se de nova frota de caminhões para realizar o lixo adequadamente. Isso tem um impacto financeiro das empresas, enfim.

Mas, por outro lado, tem o transbordo que estava previsto e não foi realizado. Então, todos esses assuntos vão ser colocados na mesa. Há um processo de reequilíbrio do contrato, que está sendo acompanhado de perto pelo Tribunal de Contas do Município.

E nesse processo de reequilíbrio, por óbvio, vão ser colocadas as questões da Prefeitura e as questões das empresas concessionárias. Lá dentro, nós vamos chegar num termo de acordo “olha, você deve tanto, eu devo tanto, vamos fazer um encontro de contas”, e assim a gente chega a um equilíbrio do contrato e vamos ter um saldo final.

Isso está em processo de análise e temos como meta da Amlurb, ou como disse o Morini, da sua sucessora, que é a São Paulo Regula, que isso seja feito até março do ano que vem, que é o prazo contratual que devemos avisar as concessionárias qual será a decisão da Prefeitura sobre o contrato de limpeza urbana no Município de São Paulo.

Então, estão sendo contratados diversos estudos. Existe o estudo da FIPE. Existe o

estudo de empresas contratadas pelas próprias empresas. Enfim, inúmeros pareceres que serão analisados e chegaremos a um elemento comum.

Com relação à colocação, acho que foi do próprio Vereador Aurélio Nomura, sobre o incinerador, na área do incinerador existe uma série de questões que não estavam previstas no contrato. Vou exemplificar, uma delas é que há uma contaminação do solo na área do incinerador. Apesar de a área do incinerador não estar na área da concessão, então ele não é um bem concessionado, ela está anexa a um bem concessionado, que é o transbordo.

É legítimo, por exemplo, a gente não sabia, mas foram feitos estudos lá. Antigamente, desde a época de 1970, etc. os caminhões abasteciam lá dentro. Então, lá existe um tanque de diesel no subsolo, que contaminou todo o solo ali e vai ter de ser feito um trabalho de descontaminação do solo.

Isso está em tramite, está em andamento. Nós estamos acompanhando isso com a Cetesb, enfim, com os órgãos ambientais do Estado e do Município. Mas, existe uma série de implicações para que isso seja retomado.

Existem também várias iniciativas individuais e a gente precisa colocar todo mundo numa mesma mesa e entender o que é prioridade para o Município, desde o aspecto cultural, como o aspecto de saúde animal. Existe uma proposta de ali ter alguma coisa que trate de saúde animal, que inclusive é do Vereador Camilo.

Tudo isso precisa ser harmonizado entre as partes para que a gente possa dar a destinação que seja a melhor para a comunidade do entorno, mas também a melhor para a Municipalidade e a melhor para as autoridades que vão fiscalizar essa situação.

Dito isso, Vereador, eu acho que terminei de responder às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Ok. Vamos passar a palavra agora ao Dr. Alessandro Azzoni, do conselho deliberativo da Associação Comercial de São Paulo. Por gentileza, o senhor tem a palavra.

O SR. ALESSANDRO AZZONI – Primeiramente, quero agradecer a iniciativa do Vereador. Já estive com ele na primeira visita, inclusive, que fizemos à auditoria em 2014, onde

foram apresentados todos esses projetos que seriam implantados subsequentemente, em 2014. Seis anos posteriormente continuarmos discutindo a mesma situação.

Agora, com esse relato colocado sobre a contaminação do solo, isso me preocupa muito, porque se a pluma dessa contaminação for para os imóveis lindeiros – e eles não vão conseguir fazer as suas licenças, porque terão contaminação que não vêm de suas propriedades – e a situação fica mais complexa ainda.

Essa é uma informação extremamente preocupante, porque quando temos um imóvel contaminado é obrigação fazer a remediação, porque ela acaba expandindo para os outros imóveis. Nos outros imóveis, como a pluma não está presente, a gente não tem o que fazer, porque a contaminação primária está dentro do próprio terreno da Prefeitura.

Endossando ainda o que o Vereador Nomura colocou, na época que fizemos a inspeção – eu tenho até as fotos que a gente fez – o incinerador estava completamente normal. Hoje, até a torre, a chaminé está pichada, porque as pessoas escalam aquela área. Eles sobem na torre da chaminé para pichar.

Isso coloca cada vez mais em risco, não só a população, mas até o próprio pichador, que sobe lá. Eu acho que é assim, essa área por ser uma área pública deveria ser isolada, justamente para garantir que não haja essas invasões e não corra risco para todo o local.

Essa questão do equilíbrio do contrato para mim me preocupa muito, porque estamos falando de 2014. Quando fizemos a inspeção em 2014, já estava previsto o início das obras, inclusive a questão da pressão negativa era... Eu até mandei, eu tenho até a foto que tiramos do projeto que foi apresentado, em 2014, e o início da construção seria imediato. Tudo isso já estava previsto no contrato. Por isso que nos apresentaram a maquete de toda a estrutura, de como seria montada.

A questão da limpeza dos fossos, nós estivemos lá. Ela tem na verdade um fosso e o resto, a carreta fica aberta embaixo. O caminhão despeja diretamente a céu aberto. A carreta fica aberta com um buraco, ela tem realmente um fosso. A carreta fica num nível inferior, num

nível mais baixo.

Os caminhões adentram na parte superior e descarregam esses resíduos a céu aberto, até que a carreta seja completamente completada. Ou seja, até que uma carreta daquela envergadura seja completada, requer mais ou menos acho que, posso estar errando a conta, 30 caminhões. Enquanto isso, fica a céu aberto para toda aquela região.

Então, o entorno está sofrendo muito realmente. Eu acho que a questão de readequação de contrato, se discutir esses pontos novamente, eu estou falando porque, eu fiz questão de participar porque fui fisicamente com o Nomura. Na época era outro Secretário de Serviços e fizemos inspeção em todas as áreas.

Esperávamos que o entorno do bairro, tanto do Ipiranga, como adjacências também, da Vila Mariana, não fosse mais submetido a essa situação. O que me dá uma tristeza realmente é que são seis anos. Seis anos e nada foi feito, tudo continua da mesma forma e a gente fala agora de readequação de contrato.

Volto a reafirmar, isso já estava no contrato e foi apresentado em maquete para nós no dia da nossa inspeção. Eu acho que aquela região foi fomentada, hoje temos vários projetos imobiliários sendo aprovados ali, que coloca mais ainda a questão da saúde pública... Sou morador daquela região, estou com 51, há 51 anos, eu moro ali na região próxima, próximo ao Klabin. Nós tínhamos problemas quando o incinerador estava ativo, de doenças respiratórias. Foi um dos motivos do encerramento, mas o transbordo continuou.

Eu entendo que a necessidade de transbordo dentro da Cidade, para reduzir o frete na questão dos resíduos sólidos, se torna iminente, não tem como se equacionar essa situação. Mas quando foi feito esse projeto a pressão negativa foi a mesma de lá de perto do Detran, perto da outra operação que nós temos da Loga, que é feita com a pressão negativa, e o mesmo deveria ter sido feito.

Então eu coloco o meu descontentamento em questão disso, porque de 2014 para cá eu não vi nenhuma obra sendo feita, nenhum trabalho evoluiu, o projeto continua na mesma. Se fosse feita uma vistoria no local, eu apresentaria todas as fotos e os vídeos que eu

fiz em 2014 para ver que o projeto continua na mesma situação e do mesmo jeito, não foi feita nenhuma melhoria.

Então, Vereador, parabéns. Muito obrigado pela oportunidade de falar. Todos os moradores do entorno esperam uma solução iminente para a questão do transbordo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado, Sr. Alessandro. Muito bem lembrado. Em 2014 nós fizemos aquela inspeção e realmente de lá para cá nada foi feito.

Está presente também a nobre Vereadora Ely Teruel. Passo a palavra a V.Exa.

A SRA. ELY TERUEL – Bom dia.

Nós, que estamos chegando, somos novos na Casa, vemos a grandiosidade de um projeto como esse, que deveria estar muito mais como os moradores têm dito desde 2014. É inadmissível... (falha na transmissão) ...todo o processo e não ter a obra em andamento. Vamos lutar aqui na Câmara, junco com os vereadores, acredito que tem bastantes vereadores nesta audiência, e estamos à disposição.

Gostei da sua iniciativa, Nomura, de falar que deveríamos também montar uma Comissão para fiscalizar essa obra. Estou dentro, em luta com a população.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado.

Gostaria de passar a palavra à Amlurb, por gentileza.

O SR. ROBERTO SERRONI PEROSA – Vereador Aurélio Nomura, Vereadora Ely, muito já foi dito aqui, acho que boa parte dos questionamentos, principalmente os questionamentos feitos pelo Dr. Alessandro, o último a se pronunciar, já foram respondidos. Não sei se ele teve oportunidade de participar de toda a reunião.

Nós passamos os vídeos, explicamos o cronograma. Não sei se houve um mal-entendido, mas não há nenhuma repactuação com relação à obra do transbordo da Vergueiro, não há uma repactuação disso. Isso é um marco contratual, é uma obrigação da empresa cumprir esse marco contratual. O que vai haver é uma repactuação sobre outros eventos dos

contratos de concessão, não sobre esse. Se ela não fizesse essa obra, porventura seria analisada essa repactuação, mas ela está realizando a obra.

Então eu me coloco totalmente à disposição e quero dizer o seguinte: claro que a obra atrasou, é fato notório isso; muito, infelizmente, devido ao licenciamento tanto estadual quanto municipal. Mas o fato é que a obra está em andamento e nós temos um prazo curto para resolver isso, que é de um ano, colocado pela empresa que foi contratada pela concessionária. Então acho que estão colocadas todas as premissas, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Okay.

Passo à palavra à Sra. Cynthia Guimarães Bianchi, do TCM. (Pausa) Não está presente. Passo à palavra ao Sr. Wagner Figueiredo. Está presente?

O SR. WAGNER FIGUEIREDO – Estou sim, Vereador. Bom dia.

Sou morador na região há mais de 15 anos. Estive com meus vizinhos conversando a respeito desta audiência e o que percebo é que o problema só é postergado desde a concessão do contrato. Eu já entendi, todos os senhores já colocaram o fluxo de como está esse cronograma, mas nós, moradores, temos dúvidas de que isso realmente vá acontecer.

É muito ruim para nós conviver com o cheiro, com o barulho, com o ruído. Muito se disse que essa obra vai minimizar os problemas da região, mas nós, moradores, gostaríamos de uma definição desse problema. Não adianta só minimizar, colocar o transbordo dentro de uma modelagem, uma roupagem, e o problema continuar depois. Como é que isso vai ficar daqui para frente? Essa é uma das perguntas e acho que meus vizinhos também devem ter outras perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado.

Sr. Cleverton Andrade Feitosa está presente? (Pausa) O Sr. Cleverton mandou a pergunta por escrito. Eu vou ler: “Gostaria de ter relatórios da inspeção da Sabesp no transbordo Vergueiro do ano de 2020. Até há poucos meses havia esgoto a céu aberto na calçada ao lado da Ricardo Jafet, que só foi canalizado após reclamação dos vizinhos. Há

décadas entramos com processo no MP para remoção do transbordo. Gostaríamos de saber qual a conclusão desse processo de remoção. Foi arquivado? Quando e por quê?”

Infelizmente nós chamamos o representante do Ministério Público, mas não compareceu.

Passo a palavra ao representante da Amlurb.

O SR. ROBERTO SERRONI PEROSA – Bom, Vereador, eu tentei dar atenção a todas as perguntas e respondi a todas. Mais uma vez, a colocação do morador do local é com relação aos mesmos questionamentos que antes foram respondidos. Então, de fato, é um marco contratual, vai ser realizado pela empresa, sem nenhum ônus à tarifa colocada, então não há um questionamento sobre uma readequação de tarifas, não é esse o caso. Não sei onde pode ter entendido dessa forma. É um contrato que foi estabelecido entre as partes e uma das partes é obrigada a realizar a reforma do transbordo. Ponto. Está lá colocado no contrato. Não é alvo de aumento ou diminuição de tarifa, nada. Então é uma coisa que está bem clara.

Continuo à disposição, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Okay.

Passo a palavra ao Sr. Oswaldo Fernandes da Silva. Está presente?

O SR. OSWALDO FERNANDES DA SILVA – Sim, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Tem três minutos, por gentileza.

O SR. OSWALDO FERNANDES DA SILVA – Eu faço parte de um instituto ambiental na região de São Paulo e nós trabalhamos com projetos na área de resíduos sólidos. Estivemos também em reunião com o pessoal da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo e da Cetesb levando algumas propostas de soluções relacionadas à digestão anaeróbica.

Em vez da deposição em aterros sanitários, pegar esses resíduos que hoje são um passivo para o Município e para sociedade, e transformá-los em ativos ambientais e de recursos, dando destino de outra forma. Gostaríamos de ver a possibilidade de nos integrar

com todos os envolvidos para chegar a um consenso e a uma solução para esse problema para o Município, já que o resíduo, como o Sr. Nelson abordou, com muita propriedade, é gerado entre todos os moradores, toda a população do Município de São Paulo, que hoje são milhões de habitantes. Isso deve ser visto de uma forma mais interativa, ou seja, além da educação ambiental, hoje existem outras técnicas que nos levam a ter um destino mais adequado com uma qualidade para o Município, tanto ambiental quanto de recursos.

O Instituto Ilevi está aberto a isso. Eu gostaria de deixar à disposição de vocês toda nossa bagagem com relação a essa possível solução.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Ok. Muto obrigado. É importante que se diga que eu e mais 10 Vereadores já assinamos o compromisso em trabalhar para a implantação dessa questão, com relação à destinação dos resíduos sólidos orgânicos, no Município de São Paulo.

Há um projeto em tramitação na Casa, acredito que o Instituto, salvo engano, já está em tratativas com a Amlurb pertinente a esta questão para implantação. Se prevê que, quem sabe, os próximos contratos, as próximas concessões, já observem essa previsão legal. Assim esperamos. Por enquanto, vamos tentar aprovar o mais rápido possível.

Passo a palavra ao Dr. Roberto, por gentileza, para responder às perguntas. Por favor.

O SR. ROBERTO SERRONI PEROSA – Nós estamos totalmente abertos a discutir os temas de inovação, de novas possibilidades. Nós temos uma área focada nisso, na Amlurb.

Quero dizer que a despeito de termos tratado na mesa técnica, junto ao Tribunal de Contas também, como muito bem lembrado pelo Conselheiro João Antonio, nós temos o grande projeto de solução dos resíduos urbanos do Município de São Paulo, que é o chamado Ecoparque que vai tratar de uma grande quantidade de resíduo. Não é uma solução paliativa e sim definitiva sobre a questão do resíduo sólido no Município de São Paulo.

Nós deveremos implantar três ecoparques, durante a Gestão em São Paulo, segundo a meta. Cada ecoparque terá uma projeção de processamento entre quatro e cinco

mil toneladas/dia de lixo. É uma quantidade muito expressiva, com resultado final de menos de 10% de material inerte. Haverá uma economia muito grande para os aterros sanitários e para destinação final do lixo.

Mas é claro, eu entendi bem o posicionamento do Sr. Oswaldo. A Amlurb está à disposição para ouvi-lo, para fazer contato. Deixo as nossas impressões e as dele, para que possamos eventualmente utilizar o que ele está apresentando.

Vale dizer que nós já temos, hoje, diversos ecopontos em São Paulo, também temos pontos onde há compostagem de material orgânico. Esses pontos já fazem um trabalho de distribuição de adubo fruto dessa decomposição. Mas estamos sempre abertos às discussões.

Vale dizer que muitas das discussões que hoje envolvem resíduos sólidos, são pensadas para pequenas quantidades. Em pequenas quantidades são muito viáveis, mas quando a gente tem um volume, como São Paulo tem, de 22 mil toneladas, por dia, de resíduos sólidos, não é fácil atender todo esse volume.

A gente volta a se falar, ficamos sempre à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Ok. Vamos passar a palavra para a Sra. Cynthia Guimarães Bianchi. Por gentileza, a senhora tem três minutos.

A SRA. CYNTHIA GUIMARÃES BIANCHI - Boa tarde, eu trabalho no Tribunal de Contas, na Assessoria do Gabinete do Conselheiro Domingos Dissei. A minha pergunta agora foi ao *chat*, seria mais em relação ao andamento da obra.

Como que ficará no período de interdição para a obra do transbordo o transporte para o aterro? Como será feita a logística enquanto tiver a interdição no transbordo, porque eu acredito que vá acontecer. É isso que eu gostaria de saber.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Passo a palavra ao Dr. Paulo Medeiros, Superintendente da Associação Comercial de São Paulo, Distrital Sudeste. Por gentileza o senhor tem a palavra.

O SR. PAULO MEDEIROS – Boa tarde a todos. Parabenizo o Vereador Aurélio

Nomura, cumprimento os demais Vereadores presentes a esta audiência. Gostei muito do que foi apresentado, realmente, a população precisa, espero que isso venha ser resolvido, finalizada essa obra que só tem a servir à população que tanto necessita, neste momento.

Parabéns. Vamos acompanhar os acontecimentos.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado. Gostaria de passar, novamente, a palavra ao Dr. Roberto Perosa. Por gentileza.

O SR. ROBERTO SERRONI PEROSA – Pois não. Com relação ao questionamento da Dra. Cynthia, temos a informação de que em nenhum momento haverá interrupção na operação do Transbordo Vergueiro. O Presidente da Ecourbis está aqui, o Sr. Nelson, ele pode confirmar essa informação.

Pelo cronograma, do que eu me lembro, haverá uma parada estratégica apenas, de 60 dias, no final do ano, quando todo esse resíduo será levado para o Transbordo Santo Amaro. Essa é a única parada, porque é onde vai mexer exatamente no fosso. Fora isso, é vida normal. A obra foi projetada para que não tenha esse impacto. Mas no período do final do ano será levado para o Transbordo de Santo Amaro.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Ok. Obrigado. Vamos aproveitar, como o Perosa mencionou o Sr. Nelson eu gostaria de ouvi-lo. Está presente, por favor?

O SR. NELSON DOMINGUES PINTO JÚNIOR - Pois não. Complementando o que o Dr. Perosa informou, no cronograma físico dessa obra temos uma previsão de tão somente dois meses, ou seja, os meses de outubro e novembro, quando justamente haverá intervenção física da obra no local da recepção.

Por esses dois meses, isso será contornado provisoriamente sendo que uma parte irá para o Transbordo Santo Amaro, que é um pouco mais longe, mas cumpre a finalidade e outra parte, que está mais a leste da Cidade, tipo Vila Prudente e uma parte do Ipiranga, os caminhões se dirigirão diretamente ao Aterro Sanitário CTL.

É uma medida prevista, perfeitamente exequível, que não vai acarretar maiores

dificuldades na execução da obra.

A SRA. CYNTHIA GUIMARÃES BIANCHI – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Ok. Eu gostaria de passar a palavra ao representante da Cetesb, o Sr. Aruntho Savastano Neto. Por gentileza.

O SR. ARUNTHO SAVASTANO NETO – Pois não. Obrigado, Vereador. Quero fazer duas observações muito rápidas. Eu já havia lido a observação do Sr. Cleverton, o senhor também leu para todos. Com relação a esse acesso aos relatórios de avaliação da Cetesb, ele pode ser feito por *e-mail* à nossa agência ambiental de Pinheiros, que é a Unidade Descentralizada da Cetesb, que cuida dessa instalação do Aterro Vergueiro. O *e-mail* é: clp_cetesb@sp.gov.br.

Faço uma pequena observação sobre essa questão da avaliação, evidentemente a avaliação é feita pontualmente numa inspeção. Eventualmente, durante a inspeção pode não estar ocorrendo questões que levem a uma pontuação maior ou menor. Mas a pontuação e essa avaliação são feitas com a verificação de vários aspectos da planta, não somente o odor, mas também outras questões, como as características de infraestrutura implantada no local, as características do próprio local, da planta, do transbordo, e as condições operacionais. São vistos aproximadamente 50 itens. Um deles é a questão do odor, mas são várias outras questões que são verificadas, avaliadas e pontuadas na hora da inspeção. São feitas inspeções periódicas e qualquer reclamação à Cetesb pode ser feita pelo telefone 3133-3833 ou pelo 0800 11 35 60.

Quanto à observação do Sr. Gerson Gomez, sobre a manutenção da planta após a sua construção, eu quero dizer que, da parte do estado, da parte da Cetesb, as licenças de operação, como eu comentei na minha primeira fala, são renováveis. Elas têm prazo de validade. No caso específico desse tipo de obra, o prazo de validade é de cinco anos. Então, a cada período de cinco anos, a responsável por aquela planta, pela operação naquele empreendimento, tem de vir à Cetesb para renovar a sua licença. Nessa ocasião, são verificadas as questões de observância daquelas regras estabelecidas no primeiro

licenciamento e, portanto, são observadas essas questões de manutenção, de substituição de equipamentos etc., para que não haja um declínio, digamos assim, da qualidade daquela instalação industrial.

Além disso, existem na lei estadual alguns quesitos que preveem avanços do ponto de vista de instalação de equipamentos de melhor tecnologia técnica disponíveis, que refletem em benefícios no prazo de validade da licença. Então, as empresas licenciadas se valem, quando possível, desses dispositivos legais para adotar melhorias nos seus equipamentos, nas suas instalações, e, com isso, auferir estes benefícios que a lei estabelece, de ampliação do prazo de validade das licenças.

Acho que são essas as questões que eu identifiquei, cabíveis à Cetesb, e, portanto, queria comentá-las. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado. Eu só tenho uma dúvida. Eu estava vendo a licença de instalação e ela fala o seguinte, dentro do que está mencionado, quando cita alguns itens e algumas observações:

“Durante o período de andamento das obras deverão ser tomadas todas as medidas possíveis no sentido de minimizar inconvenientes à comunidade vizinha, provenientes de eventual continuidade da utilização do local em forma de transbordo temporário.”

Então, eu gostaria de entender como vai ser esse controle com relação a essa questão.

O SR. ARUNTHO SAVASTANO NETO – Nós faremos inspeções periódicas durante a instalação e faremos esse acompanhamento. Eu estou com a licença em mãos e não estou encontrando esse item, Vereador, entre as exigências.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Seria na página 3, item 4.

O SR. ARUNTHO SAVASTANO NETO – Ah, pois não. Agora, encontrei. É isso, mesmo. Quer dizer, a operação deve ser dotada de cuidados especiais para que, durante a reforma, as obras, não haja problema de incômodo à vizinhança. Muitas vezes, isso é uma observação, evidentemente, de caráter geral, que usamos nas nossas licenças, mas o objetivo

é esse, que o responsável pela execução dessa obra deve estar atento para não provocar um aumento de incômodo à vizinhança durante a obra de implantação dos equipamentos ou da execução de obras de cobertura, como no caso específico, ou alguma coisa específica da construção.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Está bem. Até fazendo uma ligação com o Dr. Alessandro Azzoni, quando foi noticiado pelo nosso Presidente da Amlurb, com relação à área contaminada, parece-me – e é a preocupação que há – que possa ter contaminado os vizinhos.

Há, no item 5, que “os trabalhos de mediação ambiental de contaminação do solo e das águas subterrâneas deverão continuar sendo efetuados, atendendo aos procedimentos exigidos da Cetesb, conforme processo em andamento à parte, até a sua conclusão e aceitação da Cetesb, sob pena de cassação das licenças ambientais”.

Pelo que ficamos sabendo – ou entendi errado –, a Amlurb parou, com relação a resolver essa questão da remediação ambiental. Foi descoberto que existia, mas não há nenhum projeto em andamento. É isso?

O SR. ROBERTO SERRONI PEROSA – Vereador, só para colocar as coisas em seus devidos lugares, essa licença é com relação ao Transbordo Vergueiro. Com relação à área anexa, aí, não tem nada a ver com a Ecourbis. É uma demanda da Amlurb e a Amlurb está em processo de descontaminação. Ela já tem... Eu não estou entendendo... Não se comunicam as coisas. “Ah, mas, pode ser que haja contaminação de área vizinha.” Isso, no processo de descontaminação, será levantado. Entendeu? Porém, ainda não há essa informação, não é?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Certo. É porque a preocupação foi levantada pelo Dr. Alessandro. Não sei se o senhor o acompanhou, falando que poderia haver algumas casas que estariam após a rua, após o transbordo, e aquelas casas poderiam estar, eventualmente, contaminadas.

O SR. ROBERTO SERRONI PEROSA – Acompanhei.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Então, a pergunta minha é exatamente com essa questão. Quer dizer, preocupa-me essa questão da cassação das licenças ambientais, uma vez contaminada, não dando tempo para fazer essa apuração da remediação ambiental.

O SR. ROBERTO SERRONI PEROSA – É só no nosso entendimento, da Amlurb. O Dr. Aruntho poderá conversar melhor, mas não se comunica a questão da cassação da licença com relação à contaminação da área anexa. Não tem uma coisa a ver com a outra.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – É, mas, parece-me que, nesse caso, ele teria influência dentro, onde está o terminal de transbordo.

O SR. ROBERTO SERRONI PEROSA – Contudo, nós não temos essa informação, ainda. Ninguém tem, não é, Vereador?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Não, essa foi uma questão levantada pelo Dr. Alessandro.

O SR. ROBERTO SERRONI PEROSA – Uma suposição, não é?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Uma suposição. Então, há essa preocupação que temos, mesmo porque nós queremos que esse projeto seja efetivado e que não seja interrompido exatamente por causa dessas questões que estão sendo levantadas.

O SR. ROBERTO SERRONI PEROSA – Correto.

O SR. ARUNTHO SAVASTANO NETO – Bom, da minha parte, acho que eu consigo dar alguma explicação, apesar de não ter em mãos os dados específicos deste processo de avaliação da área contaminada. De fato, são duas coisas distintas a área do incinerador, que é anexa à área do transbordo, e a área do transbordo em si. Essa observação é específica para a área do transbordo, onde é mais uma formalidade, de se dizer: “Olhe, se não se levarem adiante os cuidados para evitar a contaminação ou o reparo de alguma eventual contaminação naquele local específico, isso pode acarretar desde a aplicação de sanções previstas na lei até a cassação das licenças.”

De forma geral, também, pelas informações ditas, durante a reunião, sobre essa

contaminação da área do antigo incinerador, há um tanque de combustível e a questão do próprio incinerador. Não tenho aqui os dados específicos sobre esses processos, mas será necessário fazer investigação no local para determinar essa eventual pluma de contaminação, esse tipo de coisa, mas não é uma contaminação que deva preocupar em demasia. É obvio que ela é preocupante, é uma coisa séria, que será levada a sério a sua descontaminação, a sua remediação até os índices estabelecidos pela lei, mas o que eu quero dizer é que não deve ser uma coisa que vá alarmar, trazer um problema no entorno, porque teoricamente não há motivos para isso.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – OK. Eu até pediria para o senhor, se fosse possível, nos encaminhar esses dados que a Cetesb tem com relação a essa área.

Por que eu digo isso? Há tempos, há quatro, cinco anos – algo que o valha, até menos – fizemos uma inspeção no transbordo Ponte Pequena, e havia uma creche ao lado. Os documentos levantados pela Cetesb, até pelas vistorias feitas na época, comprovavam que não havia problema de contaminação. Aí começamos a fazer os questionamentos e quando começou novamente esse problema de cheiro, de odor na região, que está muito grave - até aproveitando o presidente que está aqui presente - fomos inspecionar novamente a área. E pasmem! Aquele imóvel que não tinha nenhum problema de contaminação, que estava realmente assegurado uma condição adequada, foi fechado por contaminação.

É uma preocupação que nós temos, principalmente, tendo em vista a manifestação da Vice-Diretora, dos professores, dos vizinhos que estão ali, com relação a essa questão da contaminação. Participamos de várias questões com relação à contaminação, principalmente, com relação à contaminação de tanques de combustíveis na cidade de São Paulo e sabemos que é um problema extremamente sério e não resolvido. Vira e mexe temos contaminação. Vira e mexe vemos que postos de gasolina são substituídos por construções de prédios que futuramente poderão ter problemas.

Então é uma preocupação que temos com relação a essa questão. Isso pode tornar uma bomba dentro desse processo, até porque corre paralelo. Devemos acelerar essa questão. Essa é uma indagação que faço.

O SR. ARUNTHO SAVASTANO NETO - Se V.Exa. me permite, apesar de estar desviando um pouco do assunto, mas é importante comentar sobre essa questão das contaminações. De fato, os tanques de armazenamento de combustíveis nos postos de abastecimentos são as fontes mais frequentes de contaminação do solo e da água subterrânea no Estado de São Paulo.

Isso a Cetesb descobriu a partir do momento em que começou, em cumprimento da legislação, a licenciar esses postos. É necessário observar que até 2001 não havia, obrigatoriedade, do licenciamento desse tipo de empreendimento pelo órgão ambiental. A partir de 2001 a CETESB começou a licenciar e verificamos que o número de atendimento a emergências por vazamento etc. caiu abruptamente a partir da data do início do licenciamento. E o licenciamento desses empreendimentos pressupõe, é obrigatório, a substituição dos tanques de armazenamento de combustível por tanques que tenham uma parede dupla com um sensor de vapor de combustível nesse interstício entre as duas paredes, o que permite a identificação de vazamento quando eles ocorrem.

Então não há mais esse risco da contaminação nos postos de combustíveis já licenciados e reformados. Temos aqui o registro da reforma de mais de seis mil postos no Estado de São Paulo já dotados desses equipamentos de sensores, dos controles de vazamentos e dos controles de vapores. Então isso é uma atividade que já está controlada. Evidentemente, existem terrenos com postos de combustíveis que foram abandonados, enfim, mas a utilização desses terrenos para outros usos é também obrigatória o licenciamento pela Cetesb onde se faz a identificação da contaminação e a remediação dessa contaminação até os índices admissíveis para o uso futuro pretendido.

Então esses terrenos onde houve um posto de combustível e que agora serão usados para outro tipo de uso, construção de edifícios etc. e tal, ele passa, previamente, por

esse licenciamento e um parecer técnico sobre as condições de remediação daquele terreno para um uso futuro. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Claro, só lembrando, na realidade essa questão com relação aos tanques de combustíveis partiu da Câmara Municipal, que apresentou um projeto, naquela época, tempos atrás não me recordo quando, onde exigiu a parede dupla e também monitores com relação a vazamento. Nós tivemos um embate muito grande. Esse avanço se deu graças à Câmara Municipal da cidade São Paulo - apenas fazendo essa observação.

O SR. ARUNTHO SAVASTANO NETO – Perfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Nada mais havendo a tratar, gostaria de encerrar a presente audiência pública, agradecendo a presença, mais uma vez, dos Srs: Dr. Roberto Perosa, Presidente da Amlurb; Lívio Mário, Auditor-Chefe e Subsecretário de Fiscalização e Controle do TCM; Dr. Nelson Domingues Pinto Júnior, Diretor-Presidente da Ecourbis Ambiental; Aruntho Savastano Neto, representante da Cetesb e da Diretora Patrícia Lemos; Fernando Morini, Presidente da Associação dos Auditores do TCM; Antonio João Santo, que, infelizmente, não teve condições de se pronunciar; Gerson Gomez, Vice-Diretor Superintendente Distrital da Associação Comercial de São Paulo; Maria de Fátima Baptista da Fonseca, Diretora da Escola Estadual Coronel Raul Humaitá; Paulo Medeiros, Superintendente da Associação Comercial de São Paulo, Distrital Sudeste; Alessandro Azzoni, Conselheiro Deliberativo da Associação Comercial de São Paulo, enfim, agradecer a presença de todas as pessoas que se inscreveram e que, infelizmente, não houve possibilidade da participação mais efetiva.

No *chat* há inúmeras perguntas, as quais se fosse possível, gostaria de passar ao Presidente da Amlurb para que pudesse responder e, posteriormente, enviaremos aos interessados.

Muito obrigado a todos, especialmente a minha colega Ely Teruel, Vereador Goulart e aos demais Vereadores.

Nada mais a ser tratado, dou por encerrada a audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Tenham todos uma boa tarde. Muito obrigado a todos.
